

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIVISÃO DE ENSINO

Educação para o Trânsito no Ambiente
Policial Militar

Oficial Aluno: David G. Pacine

MONOGRAFIA CTE-91

Goiânia, 20/12/91

BAPM

DAVID GOMES PACINE

**EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO AMBIENTE
POLICIAL MILITAR**

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA - 1991

DAVID GOMES PACINE

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO AMBIENTE
POLICIAL MILITAR

Monografia apresentada como exigên-
cia parcial para a conclusão do Cur-
so de Técnica de Ensino, realizado
na Academia de Polícia Militar do
Estado de Goiás, sob a orientação
do Profº. Osório José da Silva.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA - 1991

A G R A D E C I M E N T O S

Ao Deus soberano, pelo seu imenso amor.

À polícia Militar do Estado de Goiás, representada pelo corpo docente e administrativo da APM, pela abertura de vagas em seus cursos,, para oficiais e praças de outras polícias Militares, bem como, pela calorosa recepção e bom tratamento que confere aos mesmos nas relações cotidianas.

À Polícia Militar do Estado de Tocantins, representada pelo Exmo. Sr. Cel PM Nelson dos Reis Aguiar, D. D. CMT Geral, que, com sapiência, valoriza a formação do PM como pressuposto de uma melhor qualidade profissional.

Aos meus queridos familiares pelo carinho e incentivo.

À minha noiva, Maria Zuleide Evangelista Macêdo pela compreensão, complascência e respeito.

E aos companheiros do CTE, pela amizade sincera que fortifica nosso espírito.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Temos a honra de agradecer a Ilma Sr^a. Maria Tereza ramos Mahler, DD. Coordenadora da Coordenadoria de Educação para o Trânsito do Detran-GO, que gentilmente, orientou a elaboração do trabalho, forneceu material de consulta e sobretudo, elucidou fatos e estimulou pensamentos através de sua ampla experiência de Educação para o Trânsito.

P E N S A M E N T O

" Mas esforçai-vos, e não desfaleçam as vossas mãos; porque a vossa obra tem uma recompensa."

II CRON. 15:7

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO

I	- GENERALIDADES.....	10
	1. Responsabilidade Social.....	10
	2. O Porquê da Educação para o Trânsito na Polícia Militar.....	11
	3. Trânsito, Solução e Problemas.....	13
	4. Importância da Legislação para os Problemas de Trânsito.....	15
	5. Fatores Psicológicos e Emocionais.....	16
II	- O AMBIENTE DE ENSINO POLICIAL MILITAR ANTE OS CONFLITOS DO TRÂNSITO.....	18
III	- ANÁLISE CURRICULAR DO ENSINO SOBRE TRÂNSITO NA POLÍCIA MILITAR.....	26
	1. Embasamento Teórico.....	26
	2. Curso de Formação de Soldados.....	27
	3. Curso de Formação de Cabos.....	27
	4. Curso de Formação de Sargentos.....	28
	5. Curso de Formação de Oficiais.....	28
	5.1 - CFO/1.....	29
	5.2 - CFO/2.....	29
	5.3 - CFO/3.....	30
	5.4 - CFO/4.....	30

6. Conclusão da Análise.....	31
IV - PROPOSTA DE RENOVACÃO CURRICULAR.....	32
V - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES.....	38
1. Aspectos Pedagógicos da Educação para o Trânsito na Polícia Militar.....	38
2. Intercâmbio Detran/PMGO.....	39
CONCLUSÃO.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	44
ANEXO	
MINUTA DE CONVÊNIO DETRAN/PMGO.....	45

I N T R O D U Ç Ã O

"Preservação da ordem pública", eis o que compete a Polícia Militar, conforme os ditames da Constituição Federal.

Com fulcro no que compete à Polícia Militar, torna-se im prescindível que a Corporação proceda a uma reflexão analítica e sistematizada do seu campo de ação, é preciso detectar quais são as dificuldades que a sociedade enfrenta, onde estão centradas seus problemas e em que grau, dentro de uma escala de valores, cada um desses problemas, perturba a ordem pública.

A partir dessa análise, pode-se hierarquizar, em termos de importância, o que deve ser realizado pela Corporação com vistas ao desempenho de sua missão de acordo com as proporções existentes pe los problemas constatados.

Em consequência desta valoração diferenciada dos problemas enfrentados pela sociedade, é necessário que, em tudo, a Polícia Militar tente adequar, em igual proporção, dentro de seu aspecto administrativo e operacional, a execução de seus ofícios.

Com este mesmo raciocínio, a programação dos diversos cursos de formação existentes na Corporação, carece ser elaborada com

a atenção voltada para a capacitação profissional colimada para os aspectos de maior importância relativa aos anseios da sociedade. Isto, é ser prático e objetivo.

O desenvolvimento dessa seqüência de idéias, tem como fim específico a observação do problema do trânsito na sua hierarquização com os demais problemas afetos à PM e o tratamento que lhe é dado dentro dos currículos dos cursos de formação em relação à sua importância, até galgar a sua operacionalidade qualitativa.

Este trabalho monográfico apresenta, portanto, como essência, estudos sobre conteúdos e objetivos existentes nos vários cursos da Corporação no tocante à sua parte específica de trânsito. Retrata a deficiência do ensino puramente instrucional evidenciando a necesidade de implantação de uma educação sedimentada em valores afetivos como base para a estruturação de conteúdos de caráter técnico.

Para tanto, o trabalho começa focalizando as questões do homem como ser grupal assim, associando o relacionamento do policial, como ser social, ao meio e especificamente, às relações existentes no trânsito de uma forma geral, concatena idéias a cerca da historicidade do trânsito, da importância da legislação como um dispositivo de harmonização e dos fatores psicológicos e emocionais envolvidos, objetivando o alcance de uma visão mais integralizada da dinâmica do complexo do trânsito.

Num segundo momento, o trabalho apresenta o enfoque dinâmico dos vários interesses existentes dentro do contexto do trânsito e a relação destes, com o aspecto formativo do policial militar dentro de um ambiente de ensino limitado aos parâmetros cognitivos e psicomotores.

Com intuito de constatação da inexistência de uma educação globalizada sobre trânsito nos cursos de formação da Polícia Mili

tar, no capítulo III é feita uma análise dos conteúdos e objetivos dos currículos respectivos.

A apresentação de uma proposta de solução é feita no capítulo IV, entretanto, colocando apenas de forma geral, as atividades e os conteúdos que devem integralizar o processo de formação profissional do PM.

A proposta do trabalho não abrange detalhadamente, a formalização de uma nova programação de ensino, visa portanto, inspirar reflexões na busca da formação de uma consciência de valores para uma profissionalização menos vulnerável às flexibilidades do meio social.

De toda fonte de pesquisa que se consultou para o desenvolvimento do trabalho, descritas no final desta monografia, buscou-se uma apropriação de conteúdos visando elucidar o sequenciamento dos raciocínios motivadores da nossa reflexão, análise e proposta.

I - G E N E R A L I D A D E S

1. Responsabilidade Social

Viver em sociedade faz parte da natureza humana.

"O social forma parte essencial, necessária da vida humana, como seu componente inevitável, até o extremo de que um homem as social seria impossível. Um homem associal constituiria um absurdo, do mesmo modo que a enunciação de um círculo quadro"¹

Ao se refletir sobre a vida e sobre o mundo, é elementar a percepção que as pessoas só vivem em grupos.

Desde seu aparecimento o homem está reunido em grupos, seja nas cavernas, à beira de fogueiras, caçando ou vagando em bandos.

"O homem é um animal social"²

Não é muito difícil definir as razões deste fenômeno: O homem nasce em grupo, sua realização pessoal está condicionada à vida em conjunto. O homem é cercado por carências e necessidades psicoló

1 - SICHES, Luiz Recasem. Tratado de Sociologia. 1968 Vol.1 p.187
2 - ARISTÓTELES. Política Livro I, l.9. 1955, p. 15.

gicas que só são satisfeitas em contato com outras pessoas. A razão impulsiona o homem ao convívio grupal pela categórica vantagem deste modo de vida.

Como resultado do convívio humano surge a cultura que é o conjunto dos modos de vida característicos de um grupo.

O grupo social é um conjunto de pessoas unidas por interesses comuns. É interessante ressaltar que cada pessoa neste contexto é imbuída de uma função de responsabilidade.

O papel que o indivíduo deve desempenhar dentro de um grupo é o padrão de comportamento que é seguido e que se espera de cada um.

Pode-se também, traduzir como controle social, o conjunto de meios criados pela sociedade para manter o procedimento dos membros em conformidade com os padrões aceitos pelo grupo.

A educação está internalizada neste conjunto, com os procedimentos adotados pela sociedade para a transmissão de sua cultura.

A somatória dos valores sociais estabelece, através de educação, a cada homem, uma responsabilidade de conduta, na qual deverá adequar ao meio sua determinação volitiva. Ao contrário disto, é considerado um marginal do sistema.

2. O porquê da Educação para o Trânsito na Polícia Militar

A Educação é um fenômeno e um processo social. Ela concorre com a formação humana permeavelmente com outros aspectos (sociais, políticos, econômicos, psicológicos). Neste contexto as instituições existentes (famílias, escola, trabalho, igreja, etc) ,

exercem ações que visam processar e promover a formação humana.

Entendemos que o ensino sobre regras, preceitos, legislação, códigos e técnicas de policiamento de trânsito, são bastante importantes na formação do policial militar, mas a educação para o trânsito não deve se limitar somente a estes ensinamentos. Deve atingir a vida em sociedade, através da internalização afetiva de valores, normas de comportamentos, boas maneiras, atitudes de correção como motoristas, como pedestre e como disciplinador de trãnsito - função do policial militar, com vistas à conjuntura social, política, econômica e histórica do país.

A simples observação nos revela a situação calamitosa pelo qual, de uma maneira geral, o nosso país enfrenta. Aprofundamento um pouco mais nesta questão, constatamos que não é um problema de atualidade, mas toda nossa história está maculada pelas crises, pela incompetência, pela exploração implacável e atroz das riquezas de nosso solo e principalmente do nosso povo.

A "Crise" já se incorporou à cultura brasileira. É desnecessário discorrer sobre a infinidade de crises por que passamos. Entretanto, para cumprir o objetivo de nosso trabalho, torna-se imprescindível a alusão sobre a crise da educação brasileira.

Um conjunto de leis de normas no Brasil, determina a obrigatoriedade da educação para o trânsito nos estabelecimentos de ensino de 1º grau.

Um paradoxo se instala entre o louvor de uma lei tão bem elaborada e a sua deficitária (ou inexistente) execução.

Dessa forma, crianças são atropeladas todos os dias em nosso país, na maior parte, pela falta de educação para o trânsito, pior que isto, crescem sem a direção desses ensinamentos e, num ciclo

vicioso, tornão-se verdadeiros assassinos ao volante de seus auto
móveis.

E o policial militar. Qual seu posicionamento diante de tan
ta barbaridade?

Todos os policiais militares advêm desta mesma sociedade."A PM é um segmento da sociedade". Em sua fachada externa, ao osten
der uma farda, um policial militar poderá até se fazer passar pelo íntegro cidadão dotado de elevada consciência e investido pela fun
ção pública que o torna competente para fiscalizar e mesmo cobrir
e penalizar infrações e abusos cometidos no trânsito, mas sem o va
lor da educação, desprovido de consciência, em suas horas de folga ele se iguala a infrator comum.

Sem a pretensão de generalizar, mas utilizando o silogismo dedutivo de Aristóteles: A sociedade é truculenta, o PM advêm da sociedade, logo... o PM é truculento".

O que pode mudar este quadro é a educação, uma vez que é a raiz do problema.

3. Trânsito: Solução e Problema

Os meios de transporte estimulam a sociedade no mundo a pro
duzir um incessante deslocamento de cultura, comércio, valores.

Atualmente a evolução do mundo tem como fundamental determi
nante a evolução dos meios de transportes.

Este processo evolutivo vem ocorrendo desde o marco inici
al, 02 de julho de 1.771, quando ficou pronto, o primeiro automóvel no mundo. Fabricado por CUGNOT ele podia atingir a velocidade de 15 km/h. Está, portanto, concretizado um sonho, a partir daí, inú

meras dificuldades poderão ser erradicadas do caminho do homem.

Em 1834, John Scott Russel, com sua máquina, chegou a atin gir 27 h/h. Outros nomes foram surgindo: Daintier e Beny, Ranzon alds, Ford etc.

O mundo motorizado, linha de montagem, carros idênticos, o perários especializado, velocidade maiores. Abrir estradas passa a ocupar lugar de destaque nos planos de administração pública.

O automóvel passou a integrar a vida do homem. Benefícios desta conquista não notórios e incontáveis, mas, qual o preço que começamos a pagar com o advento desta imperiosa máquina?

23 de junho de 1.934. O automóvel se fez presente num tris te cenário, entre feridos e mortos. Era o primeiro acidente automo bilístico com vítima fatal.

O homem não estava preparado para o convívio com o Trânsi to. O crescente número de veículos em nossas ruas, avenidas e estra das, fez necessário a elaboração de uma nova programação, que fos sem revistos todos os conceitos até então conhecidos, para dar, a cada elemento que participa do trânsito, uma definição específica, um local adequado para sua locomoção.

Dessa forma, os passeios, as calçadas, são locais onde de vem transitar somente os pedestres, por outro lado, as ruas aveni das e estradas, são locais onde devem transitar os veículos.

Fluxo de tráfico, mão a direção, placas, sinalizações, medi das de proibição, mais que isto, o homem precisa se conscientizar. Isto só, ocorrerá quando motoristas e pedestres incorporarem ao con portamento a perfeita compreensão dos valores sociais, dos comandos e das disciplinas insertas nas regras e normas do trânsito.

4. Importância da Legislação para os Problemas de Trânsito.

Toda sociedade exige de seus membros uma conduta adequada aos interesses comuns, e o meio de que se serve para conseguí-la são as normas.

As normas são dispositivos legais que, expressando a vontade soberana da maioria, disciplinam o conjunto de ações de acordo com critérios pretendidos que visam promover a harmonia, delinear as diferentes situações e estabelecer proibições com respectivas penalidades às atitudes contrárias as suas prescrições.

Se o fiel cumprimento das leis vigentes não fosse algo tão utópico, ou se ao menos, sua execução fosse levada a sério, temos certeza que o mundo seria bem melhor.

É categórico que o problema não reside somente nas leis, mas na sua execução, e na falta de consciência dos homens, com a qual não seria necessário nenhum dispositivo coercitivo. Nosso papel portanto, é de fazer cumprir as normas, de preconizá-las ao máximo, de fazer com que seja reconhecida a sua importância e principalmente que abarquem o máximo das questões e problemas existentes no trânsito e na sociedade, com justiça, honestidade, equidade e eficiência.

O maior problema na execução das leis está na questão da justiça, quando a sociedade em que vivemos é totalmente desigual e a maioria das leis servem à classe dominante. Para tanto, o PM deve estar cômico destes feitos para que sua ação seja também diferenciada, uma vez que "justiça é tratar diferentemente os desiguais", sem contudo, e principalmente, servir de apoio para a classe dominante.

A normatização da conduta no trânsito é preocupação mundial. No Brasil a lei 5.108 de 21 de setembro de 1.966 (Código Nacional de Trânsito) instituiu o Sistema Nacional de Trânsito que após

sofrer algumas reformas é composto atualmente por órgãos normativos e executivos.

O Conselho Nacional de Trânsito é o órgão máximo normativo e coordenador da política do Sistema Nacional de Trânsito, sediado em Brasília é subordinado ao Ministério da Justiça e assessorado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Órgão recentemente criado com sede em Brasília que tem como finalidade, entre outras, coordenar a educação de trânsito em todo país).

Ao CONTRAM seguem os Conselhos e Departamentos dos Estados dos Distrito Federal, os DNER, Departamentos dos Municípios e as Circunscrições Regionais de Trânsito, cada qual instituído com uma estrutura definida e com atribuições prescritas em normas, com vistas a solução de problemas afetos ao trânsito e, aos veículos e aos condutores.

5. Fatores Psicológicos e Emocionais

Dirigir um veículo requer do condutor uma singular consciência de responsabilidade social, um valor de compromisso com a coletividade.

Ao tomar a iniciativa de conduzir um veículo, o homem deve estar equilibrado emocionalmente. Esta decisão é exclusivamente pessoal, quando o único a poder definir sobre o seu grau de segurança interna é ele mesmo.

Na intimidade complexa do ser racional, a emoção é o estado de espírito momentâneo que determina a moral de uma pessoa.

O ato de dirigir um veículo implica controle absoluto de emoções e atitudes.

Quando disciplinados e controlados as emoções influenciam favoravelmente qualquer empreendimento e, por outro lado, sem isto os resultados são negativos e imprevisíveis.

Dessa forma, uma pessoa acometida por um estado depressivo, não é capaz de acionar os comandos de um veículos com a necessária eficácia. Cabe a ela avaliar a sua condição emocional e numa atitude consciente, aguardar o momento propício, de equilíbrio, para, com segurança, empreender sua viagem.

Nesta propositura o nível de sociabilidade seria tão elevado, a ponto de se levar em consideração até as emoções internas. Ao contrário, o que se vê, são condutores que não dirigem somente desequilibrados interiormente mas também, completamente afetados pela ingestão de substância tóxica ou etílicas. Neste país, se vê as piores aberrações quando se fala em matéria de maus condutores.

Este fato só vem a confirmar os números estatísticos que preconizam ser o homem, na maior parte dos acidentes, agente causador, ou seja, com uma variação de Instituto para Instituto, mas, em média 70% dos acidentes, são produzidos por falhas humanas.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

II - O AMBIENTE DE ENSINO POLICIAL MILITAR ANTE
OS CONFLITOS DO TRÂNSITO

Foi dado enfoque à responsabilidade do indivíduo em relação ao grupo social. Queremos, neste capítulo, dar ênfase a outra responsabilidade: A de uma instituição em relação à sociedade.

As Polícias Militares Estaduais, instituídas pela Constituição Federal em seu art. 144 item V, "compete a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública."

Na parte de trânsito a legislação pertinente é o Decreto 667 de 02.07.64 e o Decreto 88777/83 (R-200), ambos regulando a atuação da Polícia Militar. A atuação nas rodovias federais é de competência da Polícia Rodoviária Federal, contudo, mediante convênios a Polícia Militar poderá executar o serviço.

Em suma, as atribuições para a Polícia Militar no trânsito são as seguintes: Executar o policiamento ostensivo até e motorizado; atender acidente de trânsito, com ou sem vítima; apreender, remover, reter veículos por prática de infração de trânsito; remover ou promover remoção de obstáculos, animais, veículos que impeçam ou dificultem a livre circulação, fiscalizar veículos (documentos, estado de conservação, cargas) e condutores (documentos, condições físicas); notificar infrações e, conforme o caso, efetuar prisões,

promover e/ou participar de companhias educativas de trânsito.

O civil ao se candidatar ao ingresso às fileiras da Corporação, é submetido a concurso público e em seguida ao curso de formação. Com a colação de grau do respectivo curso, ele possui a qualificação profissional, com a qual deverá atuar no trânsito no cumprimento das missões cabíveis.

Nos currículos dos cursos de formação existentes na Polícia Militar, está incluída a disciplina policiamento de trânsito, dentro da técnica policial militar.

Os objetivos específicos, atendendo aos objetivos particulares da disciplina policiamento de trânsito, são operacionalizados de forma que podemos traduzir sinteticamente como sendo a tentativa de padronizar comportamentos adequados a serem tomados em situações diversas nas missões pertinentes. Assim, a corporação está preocupada com a formação cognitiva (por exemplo, saber a medida a serem adotadas em caso de um acidente) e com a parte psicomotora (desempenhar o controle de tráfico por exemplo).

É possível contudo, que a formação existente, não possibilite ao policial militar, saber analisar a questão do trânsito em sua profundidade necessária.

Muitas vezes esta formação é insuficiente, não permitindo ao profissional a resolução adequada de determinadas circunstâncias; o que o leva à utilização do bom senso.

Analisar a questão do trânsito é uma tarefa que requer dedicação, perspicácia e tempo para a sua perfeita compreensão. Deve iniciar nos embasamentos teóricos concernentes aos diferentes interesses impregnados nos partícipes do trânsito, até atingir o invólucro político - ideológico que circunda toda conjuntura do proces

so.

Partindo para esta análise, na realização das movimentações das pessoas em uma cidade, podemos observar a existência de interesses e necessidades geradoras desses deslocamentos.

No espaço urbano de nossas cidades são realizadas diariamente, milhões de viagens decorrentes do conjunto de todos os deslocamentos feitos pelas calçadas e vias, que são originadas por diferentes motivos.

O conflito desses interesses advêm com a disputa pelo espaço no trânsito e a corrida contra o tempo (própria do regime capitalista) em que podemos inferir a existência não só de um problema técnico mas, sobretudo, político e social.

O conflito físico ou disputa pelo espaço é o mais comumente observável em nossas ruas, trata-se da postura que as pessoas assumem no trânsito ao tomarem seu lugar como pedestres, motoristas, passageiros, comerciantes, moradores, etc.

Existem quatro momentos pelos quais as pessoas que estão envolvidas no processo do trânsito, estão sujeitas. Estes momentos são interesses ou desejos que lhe são propiciados em virtude da situação imediata em que estão vivenciando, são eles: Fluidez, acessibilidade (estacionamento), segurança e qualidade de vida.

Com respeito a estas estratégias de ação, podemos dizer que as pessoas no trânsito, mudam de interesse ao longo de suas viagens, o que as fazem desejar, ora fluidez, ora segurança ou acessibilidade, qualidade de vida, ou ainda várias estratégias ao mesmo tempo.

Fluidez é o desejo de andar o mais depressa possível. É

quando um pedestre se locomove em uma calçada e não quer ser interrompido por veículos estacionados, barreiras, ou outras pessoas; da mesma forma quando um motorista se desloca em seu automóvel quer o mínimo de interrupções à sua trajetória, sentindo aversão aos penosos congestionamento ou a um simples sinal vermelho.

Enquanto no exercício do deslocamento, a pessoa, seja pedestre, motorista ou passageiro, prioriza a fluidez em relação às de mais estratégicas de ação desejando portanto, passagem livre de obstáculos.

O desejo de fluidez se finda com a chegada do local de destino. Neste momento a pessoa já passa a desejar acessibilidade. É o instante em que deseja parar e estacionar seu veículo o mais próximo de si, se for então um lugar de comércio, o comerciante obviamente, também irá desejar, o máximo de acessibilidade ao seu estabelecimento.

A essa altura, um pequeno atrito já começa a se evidenciar pois, enquanto um deseja parar e estacionar, às vezes até mesmo em fila dupla, outros desejam fluidez.

A segurança faz parte de todo o processo, está intrínseca em toda vida social da pessoa mas, no caso do trânsito, ela se caracteriza de uma forma mais individualizada, quando, uma vez, o veículo estando estacionado, a pessoa deseja que o mesmo esteja livre de qualquer infortúnio, bem como, quando ao atravessar uma via deseja fazê-la sem riscos. Neste último caso, principalmente quando se trata de pessoas de seu convívio - crianças ou idosos.

Segurança é o fator de maior preocupação na Polícia Militar, sendo preponderante quando se trata de prevenção contra acidentes ou furtos, mas é preciso medir sua correlação com os demais fatores.

Finalmente, a qualidade de vida é traduzida pelo ordenamento das demais estratégias, priorizando-se, entretanto, o desejo de tranquilidade, sossego, facilidade, segurança e conforto.

Neste momento um morador de determinada rua, deseja que ela seja tranquila, isenta de barulho, poluição e principalmente, que tenha segurança para que as crianças possam andar e até brincar pelas calçadas sem perigo.

Estamos, portanto, diante de situações diversas e intensamente operacionalizadas em nosso meio, além destes aspectos advem a atmosfera política, social e econômica pela qual respira toda sociedade.

Dando enfoque ao contexto não técnico da questão, podemos reafirmar o adágio que em uma sociedade capitalista, "tempo é dinheiro", sendo o capital, a base de poder, "o que faz com que o motorista sinta-se com muito mais direito à circulação que os demais participantes do trânsito, o que está ligado às características autoritárias da sociedade, à falta de conscientização sobre os direitos do cidadão, que faz que os motoristas ocupem o espaço viário com violência. O processo tem também o seu lado contrário (e complementar) que o confirma: o pedestre normalmente se submete praticamente aceita a prioridade imposta pelos motoristas, assume o papel de "cidadão de segunda classe", numa cidade que é cada vez mais habitat do veículo e o anti-habitat do homem"¹

A razão da existência dos conflitos ou "atritos" do trânsito, pode ser definida como a impossibilidade de se atender os diversos interesses ao mesmo tempo, no mesmo espaço, pois um restringe o outro.

1 - VASCONCELOS. Eduardo A. O que é Trânsito. 1985 p. 20

Se a solução para os problemas do trânsito estiverem sim plesmente na sua racionalidade técnica, não seria tão complexo para ser resolvido, assim, para se evitar o choque físico entre pedes tres e motoristas, poder-se-ia construir passarelas nos locais de maior confronto. Para se evitar confronto entre veículos, os viadul tos seriam a melhor solução ao invés de semáforos, e assim por dian te. É claro que tais medidas resolveriam em parte os problemas, po rém, as pessoas não são máquinas, "homens é que sois", e portanto, seus interesses são mutáveis. Desta forma, o mesmo motorista que quase atropela um pedestre que deixou de usar a passarela, para seu veículo logo à frente e, para "ganhar tempo", atravessa pela via, arriscando-se da mesma forma e até desconsiderando a faixa de segurança.

Além de tudo, é notório que a maioria das cidades brasilei ras, foram e são construídas sem um planejamento adequado e sem um controle efetivo na sua organização física e que, normalmente, dão ênfase, não à circulação das pessoas mas, a de veículos.

No que tange ao pedestre, existe uma costumeira concepção de que é uma vítima incessante dos acidentes e das situações exis tentes no trânsito, o que na realidade não é bem assim. No Brasil, menos de 10% (dez por cento) da população possui veículo, a grande maioria restante, são pedestres, passageiros ou ciclistas: Este fato suscita uma responsabilidade do pedestre que jamais consegue medir as consequências de sua desconsideração pelas sinalizações, uma vez que as considera de utilização exclusiva para os veículos. Assim, semáforos, faixa de segurança, placas, instrumentos regulamentares, são, em sua visão, para o controle do tráfego de veícu los.

O pedestre normalmente se vê totalmente fora do processo de trânsito, tendo uma pseudo-imagem de que trânsito "é o emaranha do de carros que se articulam nas cidades e rodovias "sua relação

com o trânsito só acontece quando necessita travessar uma rua, o que pode ser feito de qualquer modo contando que fuja dos veículos e, o mais rapidamente, atinja a outra extremidade da via.

Ao policial militar cabe a mensuração desses interesses e aspectos e o contorno das distorções existentes entre si. Ele deve ser consciente de seu papel de policial militar e sobretudo de cidadão, e desta forma, atingir seu objetivo: disciplinar e coordenar o trânsito.

Pelo que foi demonstrato, a educação para o trânsito é o caminho mais eficaz para a conquista da harmonia em nossas ruas; o outro caminho eficaz, é o uso da força; do controle, da coação e da disciplina que é missão da Polícia Militar.

Se as escolas são falhas na sua atribuição de educar, a Polícia Militar deve, com mais veemência, voltar sua atenção para este tópico, já que também é sua atribuição, faz parte de sua missão, e é ela quem sofre com a deficiência (ou inexistência) desta educação, juntamente com a sociedade. Mas para tanto, deve estar preparada. Antes de tudo o policial militar deve estar dotado de ensinamentos valorativos que o capacite realizar seu ofício, impingindo na sociedade um policiamento assistencial e educativo, capaz de transformar paulatinamente, numa sociedade disciplinada.

Na hora de distinguir aspectos valorativos pertinentes ao trânsito, o policial militar, deve ser suficientemente capacitado para atender as ideologias e agir com altiva consciência capaz de promover a justa articulação reconhecível para uma dada situação.

Voltando à questão escolar, a parte essencial da formação do PM deve ser voltada, sem tirar o mérito das atividades técnicas, para a finalidade afetiva, de conscientização e de educação, que é a base sólida para a construção dos demais conhecimentos.

O ponto de partida portanto, deve ser a formação afetiva , de valor e de ética, o que produzirá uma intrínseca formação e o fará se interessar e se envolver dinamicamente com sua atividade futura.

Dessa forma, o Policial Militar terá uma visão de seu valor social dentro do processo, da qualidade de seu serviço e de sua responsabilidade, que lhe dará prazer em servir o público, em orientar, em assistir e não ser apenas um indesejável coibidor e represor de ações irregulares.

ciar, portanto, que deve ser levado em consideração sua importância como uma base de apoio ao ensino técnico-profissional.

2. Curso de Formação de Soldados

No plano de matéria do Curso de Formação de Soldados, encontramos os seguintes objetivos específicos, que são o que se espera em termos de atuação do futuro profissional: - **Identificar:** os principais órgãos administrativos, os agentes administrativos e operacionais, as regras gerais para circulação de acordo com o CNT, os sinais de trânsito, as cores utilizadas em placas, livres e marcas de trânsito, os sinais sonoros (apito), os veículos automotores, a categoria do veículo auto, as impossibilidades de conduzir veículos automotores, as categorias dos condutores, a validade dos documentos de parte obrigatória, os deveres e proibições aos condutores de veículos automotores, as técnicas particulares de fiscalização de veículos, as técnicas particulares da fiscalização de documentos e papel do PM no trânsito, a posição do PM em cruzamento e os eventos especiais; - **Utilizar:** apito e gestos no controle de trânsito e os sinais de trânsito; **Apitar** corretamente; **Diferenciar:** veículo de carga e de passagens; **Reconhecer:** os equipamentos obrigatórios, os documentos de parte obrigatório e os direitos e deveres dos condutores de veículos automotores; **Sintetizar** as penalidades aos condutores de veículos automotores; - **Registrar** auto de infração de trânsito; **Descrever;** os procedimentos de fiscalização de veículos e de documentos; **Realizar** fiscalização de veículos, posicionar-se de forma regulamentar, fiscalizar veículos e documentos e posicionar-se adequadamente nos eventos especiais.

3. Curso de Formação de Cabos

Não existe muita diferença no plano de matéria destinado à disciplina "policiamento de trânsito" do Curso de Formação de Cabos em relação ao do Curso de Formação de Soldados, o que se obser

va são alguns objetivos a mais e outros com uma taxionomia mais elevada. Citaremos, portanto, apenas as modificações, uma vez que os demais objetivos já foram epigrafados: **Identificar:** as atribuições dos principais órgãos de trânsito, os tipos de acidentes de trânsito e os aspectos legais para condução de veículos; **Reconher:** os sinais de trânsito, a missão do PM no trânsito, as situações de atuação e meios empregados, os objetivos das operações especiais, os procedimentos específicos para cada situação de emergência; **Estabelecer** relação de atribuição administrativa e operacionais entre agentes; **Empregar:** os sinais de trânsito, os procedimentos em situações de emergência e os procedimentos específicos nos locais de acidentes de trânsito; **Executar** as missões específicas das operações especiais, orientar infratores dos procedimentos regulamentares e elaborar croquis de acidentes de trânsito observando os critérios de amarração.

4. Curso de Formação de Sargentos

Além dos objetivos já citados nos cursos antecessores, no Curso de Formação de Sargentos, temos também, uma majoração na taxionomia de alguns desses objetivos e ainda um conhecimento da ação geral do policial militar no serviço de trânsito, distinguindo regras previstas no Código Nacional de Trânsito e em seu Regulamento.

Dentre os assuntos ministrados neste curso, dois nos chamaram atenção: Principais crimes de trânsito (homicídio) lesões corporais, omissão de socorro, perigo para vida e saúde, dano, ação penal, flagrante e isenção de flagrante) e Educação de Trânsito no Brasil (O ensino sistemático comunicações sociais, campanhas e palestras escolares), sendo que para estes dois assuntos, são destinados 2 (dois) tempos, ou seja, e (uma) hora/aula (de 45 m) para cada assunto.

5. Curso de Formação de Oficiais

Pelo que se pode analisar dos planos de matéria das várias séries do Curso de Formação de Oficiais, no que concerne ao assunto em epígrafe, existe uma preocupação mais acentuada com o embasamento teórico dos assuntos e, portanto, abrindo o horizonte para a observação de outros fatos pertinentes, o que é justificável por se tratar de curso de nível superior.

5.1 CFO/1

Dos assuntos objetivos e tempos respectivos interessantes para nossa análise, podemos retirar os seguintes: Vícios incompatíveis os bom PM - 02 (dois) tempos de aula, qualidades indispensáveis ao bom PM - 01 (um) tempo de aula, comportamento do PM como integrante da sociedade - 01 (um) tempo de aula, preocupação com a diferença entre prevenção e repressão..

Na área de policiamento de trânsito temos os objetivos: conceituar trânsito, conhecer o complexo da circulação atual (homem-via-veículo), aplicar o Código Nacional de Trânsito e seu regulamento, identificar a organização e administração do trânsito no Brasil (órgãos normativos e executivos, missões), definir via pública, ruas classificações, velocidades estabelecidas, uso racional e seguro para administração e fiscalização, conceituar sinalização, discriminar os tipos de sinais de trânsito usados no país, identificar suas normas, conhecer a classificação de veículos, dos equipamentos assim com as normas de identificação, registros e licenciamento.

O policiamento de trânsito rodoviário se fecha com o objetivo particular de identificar as normas gerais deste tipo de policiamento.

5.2 CFO/2

Para o CFO/2 são ministrados dois assuntos que consideramos

de destaque e de grande valia, cujos objetivos se exprimem em: co
nhecer a importância do PM na problemática do trânsito - 02 (dois)
tempos de aula, e ter conhecimento sobre a vinculação do PM aos Ór
gãos de Trânsito, também para fim educativos - 03 (três) tempos de
aula, os demais assuntos são bastante técnicos, se atendo em defi
nições, identificações e poucas aplicações no que tange a documen
tação e por fim lavratura de auto de infração e preenchimento de
boletim de acidente de trânsito.

5.3 CFO/3

No 3º ano, o cadete deve atingir os objetivos, e saber: u
sar terminologia adequada a engenharia de tráfego, identificar pro
blemas de trânsito cujas soluções dependam da engenharia de trá
fego, caracterizar os três elementos e inter-relacionamento, defi
nir o campo de atuação da engenharia de tráfego, sua organização e
desempenho; elaborar o planejamento de eventos, definir, classifi
car e proceder levantamento em acidente de trânsito; identificar ca
sos de apreensão e cassação da CNH, saber como proceder a necessida
de de atualização de legislação pertinente; identificar as alterna
tivas do tráfego reconhecendo técnicas e táticas congêneres; identi
ficar pontos negros através da observação ou relatórios de aciden
tes.

5.4. CFO/4

No último ano do CFO, o cadete, mais preparado, assiste au
las sobres normas de trânsito, o trânsito e direito, das atuações e
seus recursos, das infrações penais, atividades dinâmicas e estatís
ticas em que deve conhecer o levantamento técnico dos mapas de
circulação, de sinalização semafórica, de estacionamento e de pon
tos críticos, e outras particularidades concernentes a estes ma
pas.

6. Conclusão da Análise

O que se pode inferir a respeito dos conteúdos aqui apresentados, é que restringem-se à qualidade técnica da formação do aluno, já que muito poucos, são os objetivos educacionais concernentes a promoção de uma educação efetivamente aguçada, voltada para as relações humanas no trânsito, sobre a problemática que envolve o sistema (política, social e econômica).

Como não podia ser diferente, o CFO é mais abrangente que os demais cursos e é onde começa a se notar uma pequena preocupação com o relacionamento do PM com a comunidade, com educações e com as campanhas existentes. Entretanto, o tempo de aula que é atribuído para estes assuntos, é praticamente irrisório, propiciando somente um conhecimento superficial do conteúdo.

Os objetivos particulares dos cursos não foram citados, mas em suma, estão voltados para a habilitação técnica profissional do PM de acordo com o seu nível hierárquico.

Como já dissemos, a preocupação desta análise é de constatação da inexistência de uma objetivação social e polícita dos cusrículos dos diversos cursos no sentido de promover adequadamente uma formação de conduta no PM frente as questões multi-faciais do trânsito. Com isto, podemos afirmar que é patente a realidade aqui apresentada, ou seja, os conteúdos abrangem somente assuntos técnicos de profissionalização.

IV - PROPOSTA DE RENOVAÇÃO CURRICULAR

Na valoração de escolha e pertinência de assuntos a serem integrantes de um currículo, faz-se necessário a observação dos conteúdos e dos enfoques de forma a se extrair a sua qualidade significativa, prática e aplicável, incidindo em um desempenho eficiente e consciente de sua essência assimilada.

Decidir por um meio e não outros por um conteúdo e não outro, por uma metodologia, não é algo à escolha do professor simplesmente. Meios, conteúdos, métodos, etc, em cada disciplina tem a ver com os objetivos, e com a política desses objetivos. O compromisso do conteúdo é com o comportamento terminal que deve expressar a utilização dos conhecimentos na melhoria do desempenho profissional.

À luz de estudos, discussões, observação e análise crítica da consistência estrutural dos conteúdos relacionados ao trânsito existentes nos currículos da Polícia Militar, emergem questionamentos quanto ao excessivo tratamento operacional que se dá à disciplina em detrimento aos seus alicerces básicos.

Volta-se sempre à desconexa ação do combate aos efeitos ao invés das causas, própria de países de 3º mundo.

Precimos de profilaxia para a doença do trânsito: Precisa mos estudar as causas e estabelecer as armas para a sua erradicação.

Tomando por base a função precípua da Polícia Militar e ana lisando o enfoque que se dá ao trânsito em seus currículos, não en contramos razão de discórdia na sua objetivação. Entretanto, é pre ciso considerar as várias facetas do contexto nacional. Faz-se ne cessário medir os vários aspectos sistematizados no todo para não nos perdermos em um enfoque dado a um micro-sistema.

O Brasil é um país subdesenvolvido, repleto de carências, deficiências e precariedade. A população sente descrédito total pelas instituições da administração pública e estas por sua vez, estão cada vez mais impotentes face a progressividade dos problemas que as assolam. As instituições tem se constituído como instrumen to ideológico do Governo e servido apenas aos interesses da classe dominante.

Sentimos de perto o desdobramento da Polícia Militar no intuito de atender, de uma forma mais igualitária possível, os in tegrantes da população brasileira e por outro lado, a cada dia, no tamos a impossibilidade de se estabelecer uma conduta neutra, padro nizada diante das inúmeras ocorrências de caráter policial.

Embora esta situação de privilégios em nossa sociedade se ja evidente, os nossos currículos visam uma padronização de proce dimentos.

Claro que por uma questão de justiça, todo cidadão, inde pendentemente de classe social, que cometer uma infração, deve ser penalizado. Todavia, o PM deve estar bem cônio das reais diferen ças existentes entre cada infrator.

Retomamos, aqui, o autoritarismo dos motoristas. O automó

vel é simbolo de poder, status e superioridade, principalmente em países como o nosso em que poucas pessoas têm condições de possuí-lo. Assim, justificando as reverências que lhe são destinadas pelos demais interlocutores do trânsito.

O pedestre, o ciclista e mesmo o motociclista que se distrair dessa condição de superioridade do automóvel, está possível, em muito maior escala, de ser vítima por um atropelamento. Não raro um prepotente motorista que se julga dono da rua, nem lhe prestará o socorro devido.

Por trás de cada evento a ser analisado tecnicamente pelo policial (metragem de frenagem, sinalização existente, ponto de choque, rua preferencial, velocidade, condições de veículo, infração realizada, penalidades respectivas, etc) existem fatores que também devem ser considerados nas pessoas que estão envolvidas no processo, com as condições psicológicas e emocionais das mesmas, os fatores sociais, ideológicas e todo invólucro nacional.

Com isso, o que o policial deve saber? Ele deve ter uma visão global da situação, técnica e humanística, para não cair nos vários sofismas astigmatizantes que lhe são proporcionados pelas diferentes questões ideológicas existentes.

Se começamos a ver o trânsito como uma situação permeável, ou seja, possível e sujeita e tantas questões humanas, temos que estudar o problema em seus vários prismas, o que nos conduzirá à séria conclusão de que, em termos de currículo de formação, o trânsito deve ser encarado como matéria interdisciplinar.

Duas são as situações que se encaixam neste propósito: a inclusão da educação para o trânsito, enfocada separadamente nas várias disciplinas existentes nos cursos da Polícia Militar, ou ser tratada isoladamente mas, sob todos os ângulos interdisciplinares.

A melhor entre as duas formas, é uma questão que foge às nossas limitações. Entretanto, carece de muito estudo e de muitas cabeças para uma conclusão mais acertada.

A Educação Moral e Cívica é uma disciplina que deve abranger o trânsito, focalizando o homem com seu papel social, carente da vida grupal, fortalecendo valores, virtudes e hábitos sadios para esta vida em comunidade e em consequência, no trânsito. A ética e o sentimento afetivo como predicativos de uma melhor qualidade de vida. Relações humanas voltadas para o trânsito e as características, de um Estado Republicano, Democrático e Capitalista do mundo, determinantes das características das relações no trânsito.

Sobretudo, a Educação Moral e Cívica deve promover a cura do PM, deve libertá-lo das correntes que o prendem a uma sociedade violenta, desinteressada pelo valor coletivo, inerte à sua ignorância cultural e fazê-lo sobressair da visão limitada que lhe é imposta pelo sistema.

Em Sociologia, o estudo das estratificações sociais, do status, de poder político e econômico e do domínio de uma minoria sob uma classe disprivilegiada, o acesso à cultura e à educação e as ideologias obscurecidas por trás de inverdades, tratando no seu aspecto específico de relação com o trânsito.

A Psicologia é de fundamental importância em se tratando de trânsito, no que concerne a uma caracterização psicológica do momento histórico da comunidade e sua extensão ao indivíduo.

A educação para o trânsito deve envolver também, outros assuntos de caráter técnicos e humanos mais aprofundados que os então ministrados, com referência aos aspectos de segurança do veículo, noções de direção defensiva, o trânsito no contexto da administração nacional. A História pertinente e a aplicabilidade da lei

ção em vigor e outros tópicos.

Existe uma série de itens que o motorista deve observar em seu veículo antes da realização de uma "viagem", cabe ao policial militar o conhecimento destes itens para realizar a fiscalização do veículo e sobretudo, orientar o usuário dos perigos que corre pela sua não observância.

Retrovisores, cintos de segurança, pneus, suspensão, sistema elétrico, direção, equipamentos obrigatórios, acessórios, mecânica em geral, todos estes detalhes possuem seus requisitos técnicos de segurança sem os quais a probabilidade de um infortúnio é majorada.

No que tange a direção defensiva, podemos citar, para inclusão curricular, as várias possibilidades e os vários casos de choque entre veículos (frontal, traseiro, abalroamento, distância regulamentar e distância de segurança entre veículos de acordo com a velocidade (5 m a cada 15 km/h)¹, como evitar acidentes em situações diversas, velocidade de corrente, segurança nas manobras, imprudência ao volante, má direção, cuidados nos cruzamentos de vias, prioridades de passagem, postura ao volante, uso de cinto de segurança, embriaguês ao volante, procedimentos em pistas diversas, direção noturna, trânsito urbano e trânsito nas estradas, devem fazer parte da gama de conhecimentos do policial militar no que diz respeito a direção defensiva.

Trânsito no contexto da administração nacional, trata da abordagem sobre as campanhas nacionais de trânsitos promovidas pelo Departamento Nacional de Trânsito, as estatísticas nacionais e estrangeiras pertinentes, a segurança dos veículos nacionais e monta

1 - ABREU, Waldir de. Direção Defensiva: A segurança ao seu alcance. Rio de Janeiro, J. Olímpio 1.874.

dores, a crise dos combustíveis abordando as campanhas de transporte solidário, enfim, o tratamento coletivo do trânsito dentro dos valores prioritários da administração pública.

A contextualização histórica da evolução dos transportes e em consequência dos acidentes, serve como ponto de partida para a análise da legislação e de sua exequibilidade.

Como foi dito no início do capítulo, é necessário que se estabeleça os valores e pertinência dos assuntos, também não esquecendo de sua adequação ao tempo.

A questão do tempo é preciosa quando se trata de formação, uma vez que demanda gastos e dificuldades. Entretanto, é impossível uma boa formação do policial para o serviço de trânsito, se não houver um aumento significativo na carga horária destinada a esta disciplina e neste caso, estaremos valorizando, sobre tudo, a qualidade do nosso PM acima dos valores quantitativos.

A majoração do tempo se justifica também se observamos que a maior parte das mortes, não só no Brasil mas em vários países, ocorrem em consequência de acidentes de trânsito.

A missão do PM é promover a segurança para a comunidade. Para tanto, a formação de seus homens deve dar maior evidência aos fatos que produzem, em termos quantitativos, maiores danos à sociedade.

É somente uma questão de hierarquizar os problemas que a sociedade enfrenta e destinar atenção maior (formação) para os problemas de primeira grandeza. Ora, o trânsito ocupa a primeira colocação nesta escala de acordo com os dados fornecidos pelo Comando do Policiamento Metropolitano da PMGO.

V - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Aspectos Pedagógicos da Educação para o Trânsito na Polícia Militar

No último capítulo, concentramos nossas atenção na apresentação de matérias para inclusão nos currículos dos cursos de formação de Polícia Militar. Trataremos neste tópico. A título de sugestão, da utilização de algumas atividades para aplicação dos conteúdos.

Cada assunto, possui sua característica peculiar, que o fazer transmitido melhor, através de um método, de um processo ditático, etc. A opção por uma "forma" de transmitir determinado assunto, não está no alcance do professor simplesmente, pois depende de vários fatores (matéria que faz parte, nível de grupo, tempo disponível, habilidades do professor, etc), por isso, torna-se necessário um detalhamento mais aprofundado.

Sem pretender aprofundar, faremos colocações genéricas, concernentes a algumas atividades, que cumprem de maneira propícia, a proposta de educar o policial militar para o serviço de trânsito.

A princípio, é bom que os assuntos envolvam situações prá

ticas e que possam ser esclarecidos através de exemplos concretos.

A realização de exercícios escritos, tais com os estudos de caso e as soluções de problemas acerca de questões reais do trânsito, dinamizam a aula, despertam o interesse e conduzem a uma conscientização pertinente às consequências de uma falta de respeito a uma norma ou ao próximo.

A proposta de trabalhar, com maior intensidade, a parte afetiva do educando, envolve bastante a questão de participação e subjetividade, uma vez que não é fácil operacionalizar um objetivo afetivo. Para tanto, é necessário que o docente esteja acompanhando assídua e individualmente, o progresso do aluno, através de ficha de observação e do estabelecimento de temas subjetivos para que os alunos formulem redações. Os trabalhos de dinâmica do grupo, fazem aflorar os valores afetivos e também podem ser utilizados.

Utilização do aluno para realização de palestras, é uma atividade que sempre traz bons frutos, proporcionando ao grupo, a oportunidade de relatar suas experiências pessoais, fazer demonstrações diversas e ainda, utilizar recursos audiovisuais confeccionados ou não por eles.

Os passeios e visitas podem ser programados com intuito de se verificar "in loco", os problemas de engenharia de tráfego, das construções das calçadas e vias urbanas, etc, bem como, de se conhecer o trabalho de instituições e órgãos ligados ao trânsito. Essas atividades poderão ser temas de debates num segundo momento, ou motivarem a elaboração de pesquisas ou trabalhos mais aprofundador.

2. Intercâmbio Detran/PMGO

Vale ressaltar que o DETRAN-GO, possui uma Coordenadoria de Educação para o Trânsito, que é equipada com recursos e materi

ais didáticos, especialmente destinados à educação para o trânsito nas unidades de ensino, tanto civis, como da Polícia Militar. Dessa forma, podendo auxiliar no planejamento e execução dos diversos cursos propostos.

Outro fato que nos interessa, é que o DETRAN-GO, se dispõe a ministrar curso de vistoria de veículos, através de seu pessoal especializado, para policiais militares. O curso, em duas semanas, habilita o discente ao trabalho técnico pericial, de reconhecimento de implante, regravamento, alterações de chassis e outros tópicos que também, vêm a subsidiar a formação de um profissional melhor qualificado.

As informações fornecidas nesse item, são resultantes de conversações com a Coordenadoria supracitada, e que, inclusive, pode-se propor o estabelecimento de convênio entre DETRAN/PMGO, que proporcione intercâmbio cultural na área de educação, conforme documento por nós elaborado, em anexo.

C O N C L U S Ã O

Esperamos ter deixado enfatizada a nossa preocupação com a deficiência do ensino sobre trabalho no ambiente policial militar e, ao mesmo tempo, criado clima para reflexão que venha a desencadear numa educação mais ideal.

Sempre que se fala em idealismo advêm paralelamente a ideia de utopia, não obstante, objetivar o ideal deve ser prática constante no homem, somente essa prática pode nos fazer suplantar limites definidos.

O ideal não se restringe ao pessoal e nem a facções, mais que isto, está condicionada a uma supremacia absoluta de todas as nuances.

O que a população espera geralmente de um policial, é uma conduta quase que perfeita e irrepreensível, é a ação justa, equilibrada a heróica, porém, ao mesmo tempo, se frustra ao se deparar com um profissional não raro, limitado, sem o devido preparo e que não se sujeita a relacionamentos.

Esse quadro precisa ser mudado, e mudado através da educação. O que apresentamos neste escrito, foi a comprovação, dentro

dos cursos da Polícia Militar, da ausência de uma educação afetiva, que desenvolva o amor ao profissionalismo no tocante à atuação do policial militar no grave problema do complexo do trânsito.

Os currículos dos cursos da Polícia Militar, apresentam sim, uma instrução amplamente técnica e um direcionamento, quase que inconsciente, a uma conduta padronizada.

É preciso encarar o problema de uma forma de ativa, a partir do reconhecimento dos interesses pessoais das várias estratégias de ação, até atingir o espírito político e ideológico que comanda a qualidade das relações inter-pessoais e inter-classes e as características gerais constitutivas do meio. A proposta educativa abrange uma série de outros quesitos e que, uma dedicação maior (fator tempo), traduz onde se deseja chegar.

O policial conscientizado e provido de conhecimentos técnicos e humanos, terá maiores condições de analisar o trânsito e mensurar interesses pessoais, aspectos psicológicos, políticos e técnicos, se envolvendo dinamicamente com o processo, de forma afetiva e valorosa, a ponto de saber definir como deve agir com justiça e perspicácia ante as inúmeras circunstâncias encontradas. Sobretudo estará cômico de seu papel com um coordenador e melhor ainda, educador do trânsito e não somente o indesejável inimigo dos infratores.

Até que ponto se dá a aplicabilidade de nossos alvitre? Acreditamos ardentemente na sua cabal aplicação, embora reconheçamos, que sua implantação deve fluir num processo gradual... e progressivo. A velocidade desta gradualidade fica sujeita a tomada de decisões a partir de uma fundamentação mais expressiva, em estudos e análises pertinentes ao "quantum" racional face as possibilidades existentes.

O que devemos de fato, é nos inquietar no intento de conse
guirmos o tão almejado "IDEAL".

B I B L I O G R A F I A

Abreu, Waldir de. Direção Defensiva: A Segurança ao seu Alcance.
Rio de Janeiro. Editora José Olímpio, 1974.

DNER para Atualização de Professores em Educação para o Trânsito .
Unidade I.

_____. Unidade II

_____. Unidade III

DUARTE, Gleuso Demasceno. Conjuntura Atual. Minas Gerais, Editora
Lê. 1.978.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo, 1.990.

MANUAL BÁSICO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. I.G.P.M., p. 54.

VASCONCELOS, Eduardo A. O que é Trânsito. São Paulo, Editora Bra
siliense, 1.985.

L E G I S L A Ç Ã O

CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. 5ª Edição, 1.988.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1.988 p. 99 e 100.

A N E X O

MINUTA DE CONVÊNIO DETRAN/PMGO

- MINUTA DE CONVÊNIO -

Convênio que entre si celebram a
Polícia Militar do Estado de Goiás
e o Departamento Estadual de Trânsi
to de Goiás, na forma abaixo:

Aos dias do mês de..... de 1.991 (hum mil nove
centos e noventa e hum) na cidade de Goiânia, Capital do Estado de
Goiás, em solenidade pública realizada no auditório..... após
entendimentos preliminares entre as partes: Polícia Militar do Esta
do de Goiás, doravante denominada PMGO, representada pelo Comandan
te Geral.....; o Departamento Estadual de Trân
sito de Goiás, doravante denominado DETRAN-GO, representado pelo
Diretor Geral Dr.....;

Considerando a necessidade de estabelecer intercâmbio cul
tural, com vistas ao aprimoramento das ações educativas que possibi
litem, efetivamente, maior entrosamento das partes signatárias tan
to no que concerne a recursos humanos, e também a recursos materi
ais em cursos de formação e/ou especialização de seus integrantes;

Os recíprocos interesses da PMGO e DETRAN-GO, vez que de
sempenham funções afins, e face a necessidade atuarem integradamen
te em programas didático-pedagógicos em todos os níveis de escolari
dade nos cursos ministrados pelas unidades de ensino militar PMGO ,
e no que tange a conteúdos relativos a Educação para o Trânsito;

RESOLVEM:

Celebrar o presente Convênio, mediante as seguintes condi-

ções:

Das Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:- O presente convênio tem como objetivo, o inter
câmbio cultural entre as partes envolvidas, para formação, primor
ramento dos respectivos integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA: - Será formada uma comissão integrada por técni
cos indicados pela PMGO e DETRAN-GO para procederem análise dos
currículos de Educação de Trânsito ministrados na Academia de Polí
cia da PMGO.

CLÁUSULA TERCEIRA: - A PMGO e DETRAN-GO manterão ainda:

- intercâmbios com outras instituições (Nacional e Internacional)
no sentido de permutarem - publicações, informações e experiên
cias sobre Educação de Trânsito;
- publicar e divulgar textos trabalhos, monografias e quaisquer
outras publicações relacionadas à Educação de Trânsito, incluin
do-se aspectos de atualização da legislação específica.

Da Vigência:

CLÁUSULA QUARTA. Este convênio terá vigência de (12) doze meses, po
dendo ser admitido termos aditivos caso seja de interesse das par
tes interessadas.

Das Divergências:

CLÁUSULA QUINTA. Todas as divergências serão dirimidas pelas par
tes signatárias.

E por estarem acordados assinam o presente convênio na

presença de testemunhas que também o assina, em abaixo.

Goiânia, aos..... dias

DIRETOR DETRAN-GO

COMANDANTE PMGO

TESTEMUNHAS: 1 -

2 -

3 -

4 -